

a crítica

Manaus, quarta-feira, 25 de setembro de 1991

CPI é prorrogada por mais 60 dias

O presidente da CPI da internacionalização da Amazônia, deputado Atila Lins (PFL), encaminha hoje ao presidente da Câmara federal, Ibsen Pinheiro, o pedido de prorrogação do prazo dos trabalhos por mais 60 dias. A necessidade de deslocamentos para Rondônia, Acre e Amapá forçaram o pedido e o relatório final da comissão deve sair somente no início de dezembro.

Na abertura da reunião de ontem, quando foi ouvido o bispo Dom Aparecido José Dias, também ficou acertada as convocações do ministro do Exército, Carlos Tinoco, do ministro da Marinha, Mário César Flores, do secretário do Desenvolvimento Regional, Egberto Batista e do diretor-presidente do Departamento Nacional de Produção Mineral, Elmer Prata Salomão. Também será convidado a prestar depoimento o senador Ronan Tito, relator da Comissão Parlamentar Mista, que também apurou denúncias sobre a internacionalização da Amazônia.

Pratos Limpos O presidente Atila Lins explicou que o regimento prevê a duração de quatro meses para a CPI, com a possibilidade de um pedido de prorrogação por mais 60 dias, desde que fique provada a necessidade do recolhimento de maiores subsídios. "Nosso trabalho é consciencioso e ainda vamos precisar ouvir muito mais pessoas, representan-

tes de diversos segmentos ligados à questão da Amazônia para a elaboração do relatório final", explicou Lins, anunciando logo em seguida que também deverão ser chamados a depor diretores de empresas mineradoras. Um deles é o presidente da Paranapamema, Octávio Laçombe.

Atila Lins abriu a reunião destacando que a posição dos membros da CPI é de absoluta imparcialidade, não havendo fundamento nas informações divulgadas na semana passada sobre uma *pré disposição contra a Igreja Católica*. Repetindo o que havia declarado no dia anterior, o deputado amazonense garantiu que todos os segmentos convocados merecem o mesmo respeito e fez questão de explicar que das 21 missões religiosas que estão sendo investigadas pela Polícia Federal, de acordo com a relação encaminhada pelo Ministério da Justiça, nenhuma é ligada a igreja Católica. Antes de pedir o juramento do presidente do CIMI, o deputado explicou que ele era muito bem vindo e que seu depoimento serviria como importante contribuição para o trabalho da comissão, na busca da verdadeira realidade da atual situação da Amazônia, diante da cobiça de grupos econômicos internacionais.